



ATA DA 285ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIA – CMDCA/SP

Aos dezenove dias do mês março de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, realizou-se de forma online, a 285ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Cotia/SP. Estiveram presentes representantes do Poder Público: Dr. Mauro Tadei (Secretaria de Assuntos Jurídicos), Vivian Viana da Silva Arata e Adriano Pires de Oliveira (Secretaria de Desenvolvimento Social), Patrícia de Souza Yamashita (Secretaria de Educação), Alan F. Sales, Ausência justificadas: Joelson Souza (Secretaria de Cultura e Lazer) e Polyana Carvalho (Secretaria de Saúde), da Sociedade Civil: Robson Ap. Dias (Casa de Apoio), Rosângela Dias de Carvalho Rodrigues (Wantuil de Freitas), Gilmar José de Almeida (Instituto Ame), Janice Jane Testa Silva (FMC), Elaine Cristina de Freitas Gonçalves (Prohacc), Marília Alves dos Santos (Abrahipe), Sílvia Martins (APMs), e ausência justificada da Silvana Bezerra Silva (APMs). Também participaram representantes de OSCs e convidados: João Antônio da Silva (Instituto Cáritas), Maria Fernanda (Paullus), Daniela Xavier (Wantuil de Freitas), Amanda (Abrahipe), Clotildes (Casa do Moinho), Keila (Prohacc); Representantes da SDS: Claudinéia Magalhães e Mary Teófilo. A presidente Vivian Viana apresentou a pauta do dia: **1. Apresentação e deliberação da ata nº 284ª, 2. Apresentação de relatório de visita do SAICA - Prohacc; 3. Solicitação de revisão e reajuste do valor de repasse financeiro - Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA; 4. Extrato do FUCONDI referente aos meses de janeiro/fevereiro; 5. Discussão sobre a Comissão para implantação do serviço de Família Acolhedora; 6. Parecer da Comissão de Avaliação FUCONDI – Projetos I.R; 7. Parecer técnico da Comissão de Monitoramento do Conselho Tutelar; 8. Demais assuntos relacionados ao CMDCA: 8.1 Formalização da 37ª reunião extraordinária – Pauta: Prohacc e 8.2 Indicação de representante para a coordenação do Comitê (Escuta Especializada).** A Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião, passando ao **1º item da pauta, referente à apresentação e deliberação da Ata nº 284** da reunião ordinária anterior. Informou que o documento foi previamente encaminhado aos conselheiros por e-mail e por meio do grupo de comunicação. Após consulta aos presentes quanto à leitura e à existência de eventuais considerações, não houve manifestações, correções ou acréscimos. Dessa forma, a Ata nº 284 foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, passou-se ao **2º item da pauta, referente à apresentação do relatório de visita ao SAICA, vinculado ao Prohacc.** Informou-se que o documento, previamente encaminhado ao grupo do CMDCA, resulta de visita técnica realizada pelos conselheiros Stephanie, Silvana e Gilmar, com o objetivo de verificar as condições do novo equipamento. Durante a apresentação, destacaram-se inconformidades e a necessidade de adequações para o adequado funcionamento do serviço, especialmente quanto à localização da sala administrativa no interior do equipamento, recomendando-se sua realocação para área externa e a destinação do espaço atual para uso lúdico. Também foi apontada a necessidade de banheiro exclusivo para a equipe técnica. Foram registradas limitações na vistoria devido a ambientes trancados, além de fragilidades na segurança e condições de manutenção inadequadas. Indicou-se, ainda, a necessidade de presença da Guarda Civil Municipal no local. Após discussão, o encaminhamento do relatório à Secretaria de Desenvolvimento Social foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Por fim, a presidência informou a existência de apontamentos anteriores sobre o SAICA em funcionamento, comprometendo-se a disponibilizar a documentação na próxima reunião. Passando ao **3º item da pauta, referente à solicitação de revisão e reajuste do valor do repasse financeiro para o serviço de acolhimento institucional.** Informou-se que a demanda foi recebida no mesmo dia pela Comissão de Finanças. Diante disso, propôs-se que o tema seja previamente analisado pela comissão e, posteriormente, apresentado ao plenário em reunião extraordinária, a fim de evitar deliberação sem análise técnica. A proposta foi aprovada por unanimidade. Registrou-se, ainda, a ausência de representantes do poder público na comissão, sendo indicado o conselheiro Dr. Adriano para compor o grupo, com sua anuência. Na sequência, passou-se ao **4º item da pauta, referente à apresentação dos extratos do FUCONDI relativos aos meses de janeiro e fevereiro.** Informou-se que, em janeiro, houve movimentação aproximada de R\$ 1.248.000, com saldo aplicado de cerca de R\$ 7.848.000 ao final do período. Em fevereiro, a movimentação foi de aproximadamente R\$ 689.000, com saldo final em torno de R\$ 7.260.000. Destacou-se que há valores expressivos já comprometidos com serviços e projetos, como SAICA, serviço de convivência e cultura, o que projeta possível déficit no fundo. Ressaltou-se que o orçamento de 2026 previa aumento nos repasses, estimado em cerca de R\$ 7 milhões anuais,



o que não vem sendo cumprido, considerando que, em janeiro, o valor transferido foi inferior ao previsto e, em fevereiro, não houve repasse por parte do município. Diante disso, deliberou-se pela formalização de processo administrativo e envio de ofício para cobrança dos repasses, com acompanhamento do Conselho. Dando continuidade, no **5º item da pauta, tratou-se da implantação do serviço de Família Acolhedora**. Informou-se que foi constituída comissão específica, composta por representantes da Secretaria, CMDCA, CMAS e CREAS, com o objetivo de iniciar a estruturação do programa. Foi indicado o conselheiro Robson como representante do CMDCA, além da participação de convidados interessados. Esclareceu-se que o processo encontra-se em fase inicial, voltado ao planejamento e organização das ações necessárias à implantação do serviço. Em continuidade, no **6º item da pauta, referente ao parecer da Comissão de Avaliação do FUCONDI – Projetos I.R.** Foi apresentada a análise dos projetos inscritos para captação de recursos via fundo. Dos 16 projetos avaliados, 8 foram considerados aptos, sendo: Casa Emmanuel, Casa de Apoio, APAE de Cotia, Instituto Conviver, Casa do Moinho, Instituto AME e Fundação Maria Carolina, enquanto os demais permanecem em fase de adequação. O parecer foi submetido à votação nominal, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, no **7º item da pauta, foi apresentado o parecer técnico da Comissão de Monitoramento do Conselho Tutelar**. Referente à situação envolvendo a exoneração de conselheira, convocação de suplente e interesse quanto ao local de atuação entre duas conselheiras. Após análise, a comissão entendeu que deve prevalecer o direito da conselheira titular, considerando sua posição e a precedência do pedido. Durante a discussão, foram levantadas dúvidas quanto à legalidade da alteração de local de atuação, em razão da ausência de previsão normativa. Diante disso, deliberou-se pelo encaminhamento do caso para análise jurídica, com o objetivo de obter fundamentação legal para a decisão.

8. Demais assuntos relacionados ao CMDCA: 8.1 Formalização da 37ª reunião extraordinária – Pauta: Prohacc. Nos assuntos gerais, tratou-se da formalização de ata extraordinária referente à transição do SAICA para gestão do Prohacc, bem como da continuidade da intervenção judicial ainda vigente. Colocado em votação a plenária aprovou por unânime.

8.2 Indicação de representante para a coordenação do Comitê (Escuta Especializada). Foi mencionada uma questão relacionada ao Comitê, sendo informado que houve uma provocação acerca da coordenação que ocorrerá no âmbito do referido Comitê. Dando continuidade, foi informado que não havia mais assuntos previamente previstos na pauta da reunião ordinária do CMDCA. Neste momento, houve questionamento por parte de um dos participantes acerca da temática da educação, o que motivou a inclusão do tema para início de discussão. Passou-se, então, ao registro e contextualização do tema, sendo relatado que foi realizado levantamento documental, incluindo atas, arquivos e registros históricos, com o objetivo de reunir informações referentes aos chamados cinco eixos de atuação já aprovados em período anterior. Foi destacado que, recorrentemente, há discussões no âmbito do Conselho sobre esses cinco eixos dos projetos, sendo eles: assistência social, cultura e lazer, esporte, saúde e educação. Ressaltou-se que, conforme verificado em extrato recente, há valores provisionados na área da cultura oriundos dessa estruturação dos eixos, sendo que, até o momento, apenas o edital da cultura avançou, encontrando-se já em sua segunda edição, com projetos financiados pelo Fundo. Entretanto, foi pontuado que existem outros projetos vinculados a esse estudo de políticas públicas, cuja origem remonta ao ano de 2018, os quais ainda não avançaram da mesma forma. Diante disso, reforçou-se a necessidade de retomar e revisar tais diretrizes. Foi informado que a ata referente a essa construção está completando sete anos, datada de 19 de março de 2018, sendo que a discussão teve início naquele ano e resultou na formalização de documento no ano de 2019. Ao analisar o conteúdo, verificou-se que muitos pontos permanecem atuais, porém outros necessitam de adequação à realidade atual, especialmente considerando as mudanças ocorridas no período pós-pandemia. Diante disso, foi comunicado que o referido documento foi digitalizado e encaminhado à Comissão de Políticas Públicas, que ficará responsável por sua revisão, com o objetivo de subsidiar a elaboração de novos projetos alinhados às demandas atuais. Na sequência, foi concedida a palavra ao conselheiro João, que participou da construção original do documento. O mesmo esclareceu que a data correta da ata é 19 de março de 2019 e trouxe contribuições importantes sobre o processo de elaboração dos eixos. Relatou que, à época, foram inicialmente apresentados quatro eixos pelo Conselho, sendo eles: saúde, cultura, esporte e trabalho (voltado à formação para o trabalho), não sendo originalmente incluído o eixo educação. Informou ainda que a reunião foi dinâmica, conduzida por representantes do IBGE, com realização de grupos de trabalho no próprio encontro. Posteriormente, foi incorporado o quinto eixo, considerado eixo “mãe”, correspondente à assistência social, conforme registrado em ata. Após as contribuições, foi reforçada a



importância de resgatar esse histórico, valorizar o trabalho já realizado e promover os devidos ajustes, evitando que o documento permaneça apenas como referência teórica sem aplicação prática. Destacou-se a necessidade de dar continuidade às discussões e transformar as diretrizes em ações efetivas. João Antônio foi convidado a participar das discussões junto à Comissão de Políticas Públicas, considerando sua experiência e contribuição na elaboração inicial do documento. Foi registrado que o material já foi disponibilizado no grupo da Comissão de Políticas Públicas, com expectativa de avanços nas discussões e encaminhamentos futuros. Na sequência, o conselheiro Gilmar acrescentou que houve, sim, lançamento de edital na área de esportes, destacando a importância de considerar essa informação no processo de revisão dos eixos, especialmente no que se refere à atuação das OSCs em territórios e utilização de espaços públicos. Em resposta, foi apresentado entendimento de que, à época (2018), havia maior dificuldade para inscrição de organizações no Conselho, em razão de normativas mais rígidas, especialmente relacionadas à assistência social. Foi mencionado que a atual resolução de inscrição no Conselho é mais recente (2023/2024), tornando o processo mais acessível e permitindo maior participação de organizações que atuam com crianças e adolescentes. Como exemplo, foi citada a organização “Educar”, que desenvolvia atividades esportivas utilizando espaços públicos, mas que posteriormente optou por não permanecer vinculada ao Conselho. Ressaltou-se que, atualmente, há legislação mais flexível, o que possibilita maior diversidade de projetos, inclusive na área esportiva, sendo considerada válida a retomada desse eixo. Também foram citados exemplos na área da cultura, como o projeto Comviver, destacando que atualmente existem organizações inscritas no Conselho que atuam em diferentes áreas e atendem crianças e adolescentes. Dando continuidade às discussões, foi abordado o eixo da saúde, sendo destacado que este eixo possui impacto significativo, especialmente quando relacionado ao ambiente escolar, não devendo se restringir apenas a essa atuação. Foi ressaltado que, após o período de pandemia, as questões relacionadas à saúde ganharam ainda mais evidência, reforçando a necessidade de atenção e fortalecimento desse eixo dentro das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Também foi pontuado que, anteriormente, havia previsão de estruturação de um centro de convivência ou equipamento semelhante voltado à área da saúde. No entanto, foi enfatizada a importância de direcionar as ações para o desenvolvimento de projetos, ao invés da criação de estruturas físicas, priorizando iniciativas mais viáveis e efetivas. Destacou-se ainda a relevância das parcerias existentes atualmente, mencionando a presença de representantes da área de esportes, como o Allan e Noeli, bem como das profissionais da área da saúde, que, embora tenham justificado ausência nesta reunião, foram reconhecidas como importantes colaboradoras para a construção de projetos específicos em seus respectivos eixos. Foi observado que, no cenário atual, há maior engajamento e melhores condições para o desenvolvimento de discussões qualificadas, ainda que isso não signifique necessariamente facilidade na execução dos projetos, mas sim avanços no diálogo e na construção coletiva. Na sequência, não havendo mais manifestações, foi informado que a reunião seria encerrada. A condução destacou as dificuldades técnicas enfrentadas ao longo do encontro, com quedas de conexão, mencionadas de forma descontraída. Vivian Arata agradeceu a participação, parceria e o tempo dedicado por todos os presentes, ressaltando a importância do comprometimento coletivo. Por fim, foi mencionado que poderá ser convocada reunião extraordinária para tratar de temas pendentes, especialmente relacionados aos editais, ficando os conselheiros no aguardo de nova convocação. E reforçou-se a importância de reorganizar e atualizar os eixos, considerando o cenário atual, ampliando oportunidades e fortalecendo a atuação do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com despedidas gerais entre os participantes.

Vivian Viana da Silva Arata
Presidente do CMDCA

Patrícia de Souza
Secretária do CMDCA